

CONCEITOS DE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

CONCEPTS OF INTELLECTUAL DISABILITY AND INCLUSIVE EDUCATION

CONCEPTOS DE DISCAPACIDAD INTELECTUAL Y EDUCACIÓN INCLUSIVA

Maria Marcia Batista Vilas Boas¹
Alexandra Moreno Pinho²

RESUMO: Este artigo busca analisar qual o conceito que professores do Ensino Fundamental I, de uma cidade do interior da Bahia, tem a respeito dos conceitos de Educação Especial, Educação Inclusiva e Deficiência Intelectual. De acordo com uma pesquisa bibliográfica, entrevistas e observação participante, obtivemos dados que nos fornecem uma visão real do espaço que a Educação Especial ocupa, sendo que algumas respostas denotam os obstáculos que a modalidade enfrenta, sendo esta ofertada por todas as escolas de ensino regular do país. No processo desenvolvido, destacou-se que a falta de formação continuada dos professores é um dos fatores que dificultam que a Educação inclusiva aconteça de fato. Tal proposta necessita ocupar o seu espaço na história e na realidade das crianças que se encontram excluídas do sistema educacional brasileiro.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Educação Especial. Deficiência Intelectual.

ABSTRACT: This article seeks to analyze the concept that elementary school teachers, from a city in the interior of Bahia, have regarding the concepts of Special Education, Inclusive Education and Intellectual Disability. According to bibliographical research, interviews and participant observation, we obtained data that provide us with a real vision of the space that Special Education occupies, with some responses denoting the obstacles that this modality faces, which is offered by all regular education schools from the country. In the process developed, it was highlighted that the lack of continuing training for teachers is one of the factors that make it difficult for inclusive education to actually happen. Such a proposal needs to occupy its space in the history and reality of children who are excluded from the brazilian educational system.

Keywords: Inclusive Education. Special Education. Intellectual Disability.

RESUMEN: Este artículo busca analizar la concepción que tienen profesores de educación básica, de una ciudad del interior de Bahía, sobre los conceptos de Educación Especial, Educación Inclusiva y Discapacidad Intelectual. Según investigación bibliográfica, entrevistas y observación participante, obtuvimos datos que nos brindan una visión real del espacio que ocupa la Educación Especial, con algunas respuestas que denotan los obstáculos que enfrenta esta modalidad ofrecida por todas las escuelas de educación regular del país. En el proceso desarrollado se destacó que la falta de formación continua de los docentes es uno de los factores que dificulta que la educación inclusiva se materialice. Tal propuesta necesita ocupar su espacio en la historia y la realidad de los niños excluidos del sistema educativo brasileño.

Palabras clave: Incluyendo Educación. Educación Especial. Discapacidad Intelectual.

¹Graduada em Pedagogia pela UNEB, Pós-graduação em Gestão escolar pela Faculdade João Calvino. Mestranda em Ciências da Educação da Colégio Educaler.

²Doutora em Educação (Universidade de Barcelona), Mestre em Terapia Corporal e Psicomotricidade (Universidade de Barcelona), Licenciada em Pedagogia (UCSAL), professora e orientadora da Colégio Educaler.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a temática da Educação Especial e da Educação Inclusiva, não é nova. O que de fato é novo nas escolas é o paradigma de Educação Inclusiva, apoiado em princípios e teorias que norteiam uma prática, que de fato ainda não acontece com êxito em nossas escolas.

As políticas da Educação Especial não são trabalhadas e discutidas dentro das instituições de ensino, os espaços físicos e estruturais ainda não estão acessíveis como deveriam, as formações de professores e gestores não acontecem de forma satisfatória. Muito tem se falado a respeito, mas o professor não se apropriou desse discurso para que aconteça uma forma de educar capaz de englobar tudo o que está sendo propagado. E para que a teoria se torne realidade, a voz dos professores necessita ser escutada nessa discussão.

O presente estudo tem o objetivo de analisar a compreensão de professores a respeito dos conceitos de Educação Especial e Inclusiva, assim como o entendimento que se tem sobre deficiência intelectual e mental, uma vez que esse termo é facilmente confundido com as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos que não foram alfabetizados no tempo e na idade esperada.

Desta forma passamos a produzir deficientes intelectuais porque não temos esclarecimentos a fundo desse universo.

MÉTODOS

A pesquisa realizada foi de caráter qualitativo, desenvolvida a partir de uma revisão bibliográfica, com entrevistas e observação participativa. Participaram do processo professores de uma escola do interior da Bahia.

O instrumento de coleta de dados foi entrevistas estruturadas, as quais forneceu informações acerca dos conceitos de Educação Especial e Inclusiva, deficiência intelectual e mental. Estas foram realizadas com professores do Ensino Fundamental I, de uma instituição que possui uma sala de atendimento educacional especializado, a qual está sendo organizada.

Sobre a observação participante³, destaca-se que o observador está inserido no contexto social pesquisado com a finalidade de realizar um trabalho científico (MINAYO 1999).

Desta forma utilizou-se observações do cotidiano escolar, para melhor compreender a visão dos professores em relação as questões pesquisadas, as quais foram pensadas com o intuito

³ A pesquisadora e autora deste artigo Maria Márcia Batista Vilas Boas é profissional atuante no contexto investigado

de compreender as necessidades apresentadas pelos docentes do ensino regular, da sala de recurso multifuncional e os profissionais da educação atuantes na escola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os relatos de vida de exclusão são antigos e históricos, o tratamento dado aos cegos, surdos, mancos, coxos, aleijados de nascença, nos mostra como estes eram vistos pela sociedade da época.

Muito do que a humanidade conquistou em reconhecimento de seus direitos enquanto indivíduo, se deu a partir de lutas e revoluções, considerou-se dois marcos importantes: a Revolução Industrial e principalmente a Revolução Francesa, inspirada nos ideais do Iluminismo. Estes fatos muito contribuíram para as mudanças na vida em sociedade e para a nossa construção, enquanto seres humanos dotados de especificidades e diferenças (BUENO 1993; JANNUZZI 2012).

Os direitos naturais de igualdade, liberdade, fraternidade, propriedade, segurança e resistência à opressão, vieram com a nova Constituição Francesa, sendo proclamada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão em 1789. A ONU (Organização das Nações Unidas) em 1948, consagrou internacionalmente a Declaração Universal dos Direitos do Homem, o mundo passou a ser influenciado, por um valor de justiça, assim o movimento e a luta pelos direitos dos excluídos dava um passo à frente, em todos os sentidos, principalmente nos ideais educacionais (JANNUZZI 2012).

Os excluídos da convivência em sociedade e do direito à educação passaram a figurar num universo de possibilidades de acessos a todas as áreas sociais, principalmente daquelas que lhes reservam garantia de crescimento, desenvolvimento, segurança e direitos naturais como a vida, a saúde e a educação. A esse grupo de pessoas excluídas, os seus direitos são garantidos por meio da lei e de declarações mundiais, acordada entre diversos países (MAZZOTTA 1996).

No Brasil a Educação Especial foi estabelecida por diversas constituições a partir de 1824, porém somente D. Pedro II fundou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos e posteriormente o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, ambos no Rio de Janeiro, o intuito era desenvolver oficinas de trabalhos manuais. Anos depois o Imperial Instituto Meninos Cegos passou a se chamar Instituto Benjamin Constant (MAZZOTTA 1996).

A partir de 1900, iniciaram-se pesquisas e publicações de estudos voltados aos problemas de Dificuldade Intelectual (DI) na época denominada Deficiência Mental. A Lei nº 4.024/1961, determina o direito dos excepcionais (termo em desuso) à educação (JANNUZZI 2012).

A abordagem de tratamento especial para escolarização das pessoas com deficiência se dá a partir de 1972, por meio da Lei 5.692/71, mas somente em 1988 por meio da Nova Constituição Brasileira, se diz que a mesma deva acontecer na rede regular de ensino (BRASIL 1988).

O Brasil país signatário da Declaração de Salamanca (1994) e também da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), inspirado nesses acordo, dá início as políticas públicas da educação, impulsionando a Educação Inclusiva, por meio de matrícula no ensino regular, mas o impulso na rede pública acontece a partir de 2001 com a instituição de Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Posteriormente foram criadas diretrizes para formação de professores, a língua brasileira de sinais (LIBRAS) que foi reconhecida como meio legal de comunicação e expressão, bem como o uso do sistema Braille em todas as modalidades de ensino, sendo garantia de acessibilidade (JANNUZZI 2012).

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), com o Decreto 6.094/2007 dá garantias as escolas comuns de implantação de salas de recursos multifuncionais (SRM), acessibilidades com mudanças na arquitetura de prédios escolares construindo rampas, banheiros adaptados, portas com espaço para trânsito de cadeiras de rodas e a formação docente para educação especial (BRASIL 2007).

O público-alvo da Educação Especial também foi definido por meio do Decreto 7.611/2011 no Artigo 1º §1º no que se diz “Para fins deste Decreto, considera-se público-alvo da Educação Especial as pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação” (BRASIL 2011).

Sobre a terminologia deficiência mental, assim como o termo excepcional, está em desuso. Atualmente evita-se ambas designações no ambiente educacional.

Nos estudos da Medicina e da Psiquiátrica houveram modificações nas denominações utilizadas. Philippe Pinel usou o termo idiotismo ao se referir a pessoas que tinham carência intelectual, Jean-Etienne Dominique Esquirol, introduziu o termo imbecil, ou idiota. John Langdon Haydon Down chamou as pessoas com Síndrome de Down de idiotia mongolóide, essa foi substituída pelo termo Síndrome de Down (PACHECO; OLIVEIRA, 2011).

A Psicologia e a Pedagogia contribuíram para este estudo por meio do educador e psicólogo Alfred Binet, criador do primeiro teste para medir o quociente de inteligência (QI), o

qual estabeleceu a relação entre inteligência, idade mental, e idade cronológica. Binet definiu o resultado inferior deste teste como retardo mental, classificado em quatro categorias: leve, moderado, severo e profundo (MONARCHA 2009).

A íntima ligação da Educação Especial aos estudos e pesquisas na área da Psiquiatria e da Psicologia se dá especialmente nas áreas ligadas as deficiências intelectuais e transtorno do espectro autista, uma vez que ambas cuidam do funcionamento da mente humana e contribuem para delimitar as questões mentais.

Desta forma Medicina e Psicologia, além da contribuição para a educação, por meio de diagnósticos asseguram os direitos de proteção, os benéficos previdenciários, assim como o acesso as cotas por deficiências a vagas de empregos e cotas nas instituições de nível superior (JANNUZZI 2012).

A partir do século XX, o termo deficiência mental foi substituído pelo termo deficiência intelectual, subdividida em leve, moderada, severa e profunda e aos poucos a Psicologia tornou-se principal aliada no tratamento das pessoas com deficiência. O movimento da Escola Nova, passou a aceitar direcionamentos da Psicologia, porém as crianças eram encaminhadas as classes especiais, dessa forma surgiram as APAES (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) (MONARCHA 2009).

O termo excepcionais aparece na Lei nº 4.024 de 20/12/1961 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional no Título X, artigo 88, 89 que diz:

Art. 88 A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-lo na comunidade.

Art.89 Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativo à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudos, empréstimos e subvenções.

A psicóloga e educadora Helena Antipoff (CAMPOS 2010) criou no Brasil, em Minas Gerais, a Sociedade Pestalozzi. Campos (2010) relata que as ações da Sociedade Pestalozzi foram pensadas pelo psiquiatra Fernando de Magalhães Gomes como uma oportunidade para práticas de eugenia, através da esterilização e segregação dos anormais para prevenir o aumento da delinquência e criminalidade, tal opinião não contava com apoio de Antipoff. Campos (2010, p. 68) cita o conceito acerca de anormalidade, ou seja, excepcionalidade:

O conceito de anormalidade (ou excepcionalidade, como Antipoff preferia) utilizado pela Sociedade Pestalozzi refletia suas fontes contraditórias. Para alguns, incluía somente distúrbios orgânicos, hereditários com severas consequências psicológicas. Para outros, seguindo a orientação psicológica, o conceito abrangia também a anormalidade socialmente produzida por um sistema escolar cujas exigências estavam acima das possibilidades das crianças comuns. Sobretudo, Antipoff não considerava a anormalidade como um defeito definitivo, irremediável. Para ela as crianças que

apresentavam problemas nas escolas eram, em sua maioria, educáveis, e poderiam ser bem-sucedidas, desde que contassem com ajuda especializada (CAMPOS 2010, p 68).

Alguns dos fatores que podem sobrevir ao desenvolvimento da deficiência intelectual são causados por alterações no cromossomo: a Síndrome do X Frágil, Síndrome de Down, Síndrome de Rett, Hipotireoidismo congênito, Fenilcetonúria; por fatores de riscos perinatais; paralisia cerebral; por fatores de riscos e causas pós-natais como anormalidades congênicas, má nutrição, abandono e maus-tratos. A deficiência intelectual necessita ser comprovada através de um diagnóstico médico.

Segundo Fierro (2004, p. 193) a deficiência intelectual era diagnosticada aos olhos da medicina:

Na perspectiva médica, “oligofrenia” (em grego pouca mente) era diagnosticada por um conjunto de sintomas presentes em um grupo amplo e heterogêneo de anomalias com etiologia orgânica variada – e às vezes presumida, mais que desconhecida -, mas com um elemento comum: o de apresentar déficits irreversíveis na atividade mental superior. Nessa perspectiva, a única intervenção possível era prevenir, não a rigor curar e nem se quer tratar.

As pesquisas e estudos foram ao longo do tempo construindo e desconstruindo o conceito relativo à deficiência intelectual. Essa mudança de pensamento, trazida pela modernidade, tem colocado no centro das discussões o direito de igualdade, e principalmente, o direito à vida e a participação em sociedade.

Na construção dos termos de deficiência mental e deficiência intelectual os professores sinalizaram haver uma diferença entre ambos.

Sobre deficiência intelectual, sinalizaram como déficit de aprendizagem, as-ó aqueles alunos que não se adaptam ou tem dificuldade de interagir com os colegas, ou educadores e com o meio que vive. Crianças que apresentam traços de um retardo ou dificuldade para se concentrar, dislexia e outro, pontuaram também dificuldade de processar informações e de comunicação com os outros, assim como a incapacidade de raciocínio lógico e emocional, dificuldade em gerenciar relações, finanças e aprendizado.

Para o termo deficiência mental pontuaram questões associadas a situações de doenças que acometem a mente humana como esquizofrenia, depressão, síndrome do pânico, transtorno obsessivo. Pontuaram também aquela criança que apresenta a necessidade do uso de medicamento, porque a mesma apresenta traços de distúrbios, dificuldades no desenvolvimento cognitivo, e de cunho físico, psíquico e social.

Também destacaram que consideram deficiente intelectual aquele que tem dificuldade de raciocinar, não consegue prosseguir com linha de raciocínio, opiniões concretas, argumentos

coesos, tem dificuldade de comunicação, quando o mesmo apresenta traços daquilo que não é considerado como normal, tem desordens no desenvolvimento, ou não consegue desenvolver habilidades esperadas para sua faixa etária.

Quando indagados sobre quais dificuldades enfrentam as pessoas com deficiência intelectual, citaram as de caráter pessoais como sair da zona de conforto, manter conversas, concentração em atividades cotidianas, falta de independência individual para realizar determinadas atividades, dificuldade de aprender, raciocinar, de interação e de socialização. Destacaram também a rejeição da sociedade, a falta de recursos adequados, tratamento e a especialização na área que facilite o cuidado com o ser humano, assim como as inúmeras faltas de instrumentos que o compreenda e a utilização de recursos.

A intenção de construir os conceitos de deficiência mental ou intelectual a partir das respostas sinalizadas pelos professores, é de confrontá-las com o que se diz na literatura a respeito da deficiência intelectual, para poder, assim, trilhar um caminho de estratégias e expectativas de discussão em torno da referida temática. Uma vez que a sala de atendimento educacional especializado da instituição observada⁴ encontra-se em vias de funcionamento, onde irá receber muitas crianças que já foram encaminhadas, e também, sinalizadas no censo escolar como deficientes intelectuais, o que reforça a ideia da incerteza, ou dúvida, entre dificuldade de aprendizagem e deficiência mental.

Sobre a Educação Inclusiva, pontuaram práticas educativas que visam acolher a todos os indivíduos que foram matriculados na unidade de ensino regular, independentes de suas necessidades físicas, psicológicas e sociais. É dar oportunidade a todos de aprender, de ter acesso a uma educação equitativa de forma justa a todos, garantir direito a todos, ou seja, tem sua particularidade como uma escola que potencializa a socialização e a convivência com as que possuem alguma deficiência.

No que diz respeito a Educação Especial destacaram as prática adequadas às necessidades das crianças, jovens e adultos com alguma deficiência física ou mental.

Sobre equidade, ou seja, considerar o aluno como um ser humano único, individual com necessidades diferentes, destacou-se que é necessário na Educação Especial ter estratégias que visem alcançar a todos, mesmo que seja necessário adotar estratégias diferenciadas. A Educação Especial foi conceituada como o ensino voltado para as pessoas com deficiência física, auditiva, visual, intelectuais e múltiplas, altas habilidades e superdotação, um modelo de ensino capaz de

⁴ Uma escola de Ensino Fundamental de uma pequena cidade do interior da Bahia.

garantir o atendimento especializado, recursos e serviços, assim como, um processo de ensino e aprendizagem o qual inseri o indivíduo, com alguma deficiência, nas turmas comuns.

A partir da pesquisa realizada, verificou-se que existem dúvidas conceituais sobre os aspectos fundamentais da Educação Inclusiva. Ainda falta clareza e conhecimento sobre as políticas públicas da Educação Especial. Neste sentido, se faz necessário preencher lacunas na compreensão dos significados de tais modalidades de ensino.

Acreditamos que tais interrogantes serão esclarecidos a partir do momento que o gestor escolar se conscientize de que é primordial, para o seu trabalho também como educador, trazer até a sua instituição uma formação permanente e continuada sobre a Educação Especial, a qual já faz parte do universo do ensino regular.

A inclusão não pode acontecer apenas na matrícula, como cumprimento do que diz a lei, tem que ir além de uma inclusão física. Para que seja efetivada, verdadeiramente, a necessidade de uma formação dos professores é um aspecto evidente. Sobre a inclusão física Prieto (2006 p. 41) afirma que:

A tradução para inclusão escolar, não raras vezes, tem se restringido no âmbito das práticas, como já assinalado, à garantia da oferta de vagas para alunos com necessidade educacionais especiais em classes comuns. A meu ver, essa distorção conceitual é que tem se configurado, de fato, como um dos principais obstáculos à concretização da tão conclamada educação para todos. (PRIETO, 2006 p. 41).

Incluir é de fato uma proposta que necessita mobilização efetiva, mudança de atitude, busca constante de conhecimento e de meios que favoreçam o ambiente escolar e assegure aos alunos que a diferença não o faz menor, nem tão pouco ser relegado a todas as formas de exclusão.

A escola estará a caminho das estratégias e intervenções para uma educação inclusiva quando a classe regular estabelecer um diálogo permanente com a sala de atendimento especializado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As escolas de ensino regular têm obrigação por lei de assegurar ao aluno com deficiência o acesso, não só aos espaços físicos, mas oferecer as condições necessárias de aprendizagem.

Isso acontecerá quando todos, os envolvidos neste processo, compreendam a responsabilidade ética que é o trabalho de um profissional da educação. A escola além de garantir o direito de matrícula, necessita responsabilizar-se por um projeto de inclusão pensado pela comunidade escolar, desta forma, todos farão a educação acontecer.

O primeiro passo a ser dado na compreensão desse universo é valorizar e promover uma formação continuada que englobe todos os profissionais da educação atuantes na instituição, assim como traçar uma proposta para que a inclusão esteja registrada nos documentos escolares, como o Regimento Interno da Escola e o Projeto Político Pedagógico.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988
- BRASIL. **Decreto no 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Brasília: Congresso Nacional, 2007.
- BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011.
- BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/ segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.
- CAMPOS, R. H. F.; **Helena Antipoff**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.
- FIERRO, A.; Os alunos com deficiência mental. In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. (Org). **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004. v. 3 p. 193-214.
- JANNUZZI, G. M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 3.ed. Campinas: Autores Associados, 2012.
- MAZZOTA, M.J.S. **Educação especial no Brasil – história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.
- MINAYO, M. C. S. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 1999. Petrópolis, Vozes.
- MONARCHA, C. **Brasil arcaico, Escola Nova: ciência, técnica e utopia nos anos 1920-1930**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.
- PACHECO, W. D. S.; OLIVEIRA, M. S. **Aprendizagem e desenvolvimento da criança com Síndrome de Down: representações sociais de mães e professoras**. Ciências & cognição, v. 16, n. 3, 2011 (p. 2-14).
- PRIETO, R. G. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: ARANTES, V. A. (Org). **Inclusão social: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.